



O ano de 2014 marcou a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CISG) no Brasil. A adesão a esse importante instrumento uniformizado de Direito Internacional Privado lança um grande desafio na compreensão de sua função no Direito interno brasileiro. Buscando facilitar esta operação, o presente livro apresenta, de maneira introdutória, os principais temas da Convenção, proporcionando uma visão panorâmica de suas regras, à luz do diálogo com a experiência jurídica brasileira.

O livro é pensado tanto para o estudante, quanto para o profissional de Direito, abrangendo vários níveis de interlocução da CISG, seja com o Código Civil, com as regras de Direito Internacional Privado brasileiras, ou mesmo sob a ótica do comércio internacional.

Autores
Paulo Nalin
Renata C. Steiner

COMPRA E VENDA INTERNACIONAL DE MERCADORIAS

A convenção das Nações unidas sobre
compra e venda internacional de
mercadorias (CISG)

Área específica
Direito Internacional Privado.

Áreas afins
Direito contratual. Direito internacional privado.
Compra e venda internacional.

Público-alvo/consumidores
Estudantes de Direito. Advogados da área de Direito
contratual e internacional.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001003

N171c

Nalin, Paulo

Compra e venda internacional de mercadorias: a Convenção das Nações Unidas sobre compra e venda internacional de mercadorias (CISG) / Paulo Nalin, Renata C. Steiner. - Belo Horizonte: Fórum, 2016. 331p. ISBN: 978-85-450-0155-3

1. Direito contratual. 2. Direito internacional privado. 3. Compra e venda internacional. I. Steiner, Renata C. II. Título.

2016-103

CDD 343.087
CDU 339.5

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

NALIN, Paulo; STEINER, Renata C. Compra e venda internacional de mercadorias: a Convenção das Nações Unidas sobre compra e venda internacional de mercadorias (CISG). Belo Horizonte: Fórum, 2016. 331p. ISBN 978-85-450-0155-3.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	5
PREFÁCIO	
Direito Internacional Uniforme , Direito Brasileiro e a reflexão acadêmica	
Lauro Gama Jr.....	19
APRESENTAÇÃO	
Marçal Justen Filho.....	23
PRESENTATION	
Paulo Nalin, Renata C. Steiner.....	25
INTRODUÇÃO	
Paulo Nalin, Renata C. Steiner.....	31
CAPÍTULO I	
INTRODUÇÃO À CONVENÇÃO DE VIENA, HISTÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	39
1.1 Histórico e contextualização.....	39
1.2 Cronologia da CISG.....	42
1.3 O mecanismo de adesão à CISG e os países signatários.....	44
1.3.1 Adesão do Brasil à CISG.....	45
1.3.2 O status jurídico da CISG no sistema legal brasileiro.....	51
1.4 A importância da CISG e a sua evolução: perspectivas favoráveis ao seu emprego.....	56
1.4.1 Redução dos custos de transação e operacionalização dos contratos.....	56
1.4.2 Implementação da cultura da arbitragem nos países aderentes.....	59
1.4.3 Aplicação da Convenção às compras e vendas internacionais tendo como parte o próprio Estado e não somente entes privados.....	63
1.4.4 Respeito à autonomia privada da parte, que pode escolher pelo opt out da CISG, embora o Estado ao qual pertença seja contratante.....	67
1.4.5 Força expansiva da CISG para serviços e direitos intelectuais ou	

imateriais.....	70
-----------------	----

CAPÍTULO II

GUIA RÁPIDO DE APRESENTAÇÃO À ESTRUTURA

DA CISG.....	73
2.1 Campo de aplicação e disposições gerais (Parte I).....	74
2.2 Formação do contrato (Parte II).....	78
2.3 Compra e venda de mercadorias (Parte III).....	84
2.4 Disposições finais (Parte IV).....	88
2.4.1 Art. 92: reserva da Parte II ou da Parte III da CISG.....	89
2.4.2 Art. 93: reserva a Estados federados.....	90
2.4.3 Art. 94: reserva por Estados com tradições jurídicas similares.....	91
2.4.4 Art. 95: reserva da aplicação indireta.....	91
2.4.5 Art. 96: reserva da liberdade de formas.....	93
2.5 Execução específica da obrigação (art. 28, CISG).....	96

CAPÍTULO III

O ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA CISG.....

103	
3.1 Campo de aplicação da CISG: a internacionalidade do contrato.....	104
3.1.1 Aplicação direta: art. 1º (a), CISG.....	105
3.1.1.1 Negócios celebrados por representante, agente e comissário.....	108
3.1.2 Aplicação indireta, art. 1º, “b”: o Direito Internacional Privado.....	109
3.1.2.1 Regras de conflito europeias	111
3.1.2.2 Regras de conflito brasileiras.....	114
3.2 Natureza dispositiva ou não mandatária da CISG; exclusão (opting out) e adoção (opting in) pela vontade das partes.....	120
3.2.1 Exclusão da CISG pela vontade das partes: opting out.....	121
3.2.1.1 Questões controvertidas do opt-out.....	123
3.2.1.2 A importância da escolha consciente de exclusão.....	131
3.2.1.3 Aplicação da CISG por vontade das partes: opting in	132
3.3 O direito intertemporal: regras de aplicação das CISG à formação do contrato e ao seu desenvolvimento.....	135
3.3.1 Aplicação da CISG à formação do contrato (Parte II).....	136
3.3.2 Aplicação da CISG ao desenvolvimento do contrato (Parte III).....	137
3.4 Requisitos do contrato de compra e venda internacional na CISG... ..	138
3.4.1 Compra e venda e outros tipos contratuais.....	140
3.4.1.1 Contratos de distribuição e afins: a questão dos contrato-quadro ou framework agreements.....	142
3.4.1.2 Pré-contrato.....	145
3.4.2 Os sujeitos da contratação e o caso específico do consumidor.....	146
3.4.3 Objeto contratual: bens ou coisas.....	150
3.5 Demais situações jurídicas excluídas pela CISG.....	152
3.5.1 Questões referentes à tradição ou transferência de propriedade.....	156
3.5.2 Responsabilidade por morte ou lesão corporal causadas por mercadorias.....	158

CAPÍTULO IV

INTERPRETAÇÃO DA CISG.....

159	
4.1 Caráter internacional e aplicação uniforme.....	162
4.2 Princípios de interpretação.....	164
4.2.1 Caráter internacional e interpretação autônoma.....	164
4.2.2 Aplicação uniforme.....	166
4.3 Fontes de interpretação.....	170
4.4 Exemplos de interpretação autônoma e aplicação uniforme de conceitos previstos na CISG.....	173
4.4.1 O dever de mitigação do próprio prejuízo (duty to mitigate de loss).....	174
4.4.2 A previsibilidade dos danos e a medida da sua quantificação.....	175

CAPÍTULO V

A FORMAÇÃO DO CONTRATO.....

179	
5.1 O papel conferido à autonomia das partes (party autonomy).....	182
5.2 Os essenciais negociais.....	185
5.3 A proposta.....	186
5.3.1 Introdução ao art. 14, CISG: precisão terminológica	186

5.3.2 Conteúdo mínimo da proposta.....	188
5.3.2.1 Objeto: especificação de mercadorias e de quantidade.....	190
5.3.2.2 Preço.....	192
5.4 Outros elementos contratuais.....	195
5.5 Intenção de Vinculação.....	199
5.6 Proposta/oferta dirigida à pessoa determinada ou a pessoas determinadas.....	202
5.6.1 Eficácia da proposta.....	203
5.6.2 Meios de manifestação de vontade e o momento em que a oferta “chega” ao destinatário.....	204
5.7 As comunicações eletrônicas.....	205
5.8 A expedição da oferta e sua chegada ao destinatário.....	207
5.9 Questões remetidas ao direito interno.....	207
5.9.1 Formas de extinção ou ineficácia da oferta	207
5.9.1.1 Retirada ou retratação da oferta (withdrawal).....	208
5.9.1.2 Revogação da oferta (revocation).....	211
5.9.1.3 Extinção da oferta.....	215
5.10 A aceitação.....	216
5.10.1 Espécies de aceitação.....	216
5.10.1.1 Aceitação expressa.....	217
5.10.1.2 Aceitação tácita.....	217
5.10.1.3 O silêncio.....	219
5.11 Eficácia da aceitação	220
5.11.1 Eficácia pela “chegada” da aceitação.....	220
5.11.1.2 A regra especial do art. 18 (3) CISG.....	221
5.11.1.3 Retirada ou retratação da aceitação	222
5.11.1.4 O tempo da aceitação.....	222
5.11.1.4.1 Aceitação quando há prazo estipulado.....	223
5.11.1.4.2 Aceitação quando não há prazo determinado: o prazo razoável.....	224
5.11.1.4.3 Aceitação de ofertas verbais.....	225
5.11.1.4.4 Aceitação tardia (art. 21).....	225
5.12 Modificações na oferta	226
5.12.1 Modificações não substanciais vs. modificações substanciais.....	227
5.12.2 Aceitação com modificações não substanciais.....	228
5.12.3 Alterações substanciais e nova oferta.....	229
5.13 Cláusulas gerais de contratação (standard terms).....	229
5.13.1 A chamada battle of forms.....	230
5.13.1.1 Last shot ou last word.....	231
5.13.1.2 Knock-out.....	231
5.13.2 Eficácia e validade dos standard terms.....	233
5.14 A responsabilidade pré-contratual.....	234

CAPÍTULO VI

CUMPRIMENTO E DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

NA CISG.....	237
6.1 O conceito de descumprimento contratual na CISG.....	238
6.1.1 Descumprimento de obrigação contratual.....	239
6.1.2 Responsabilidade objetiva.....	240
6.1.3 Excludentes de responsabilidade	241
6.1.4 Tempo do cumprimento e violação antecipada do contrato (art. 71 CISG).....	242
6.2 O conceito de descumprimento essencial (fundamental breach) – art. 25 CISG.....	244
6.2.1 Requisitos para configuração do descumprimento essencial	247
6.2.1.1 Descumprimento de obrigação pela parte contratual.....	247
6.2.1.2 Prejuízo substancial.....	247
6.2.1.3 Previsibilidade.....	249
6.2.1.4 Critério da pessoa ponderada.....	251
6.2.2 Ônus probatório e Direito brasileiro.....	252
6.2.3 Grupos de casos de descumprimento essencial.....	253
6.2.3.1 Falta definitiva de entrega (non-delivery).....	254
6.2.3.2 Atraso (essencial) na obrigação de entrega.....	255
6.2.3.3 Desconformidade (essencial) dos bens ou de documentos.....	256
6.2.3.4 Falha (essencial) na observância de deveres contratuais específicos.....	259

6.3 O sistema de remedies.....	260
6.3.1 As bases convencionais do sistema de remedies (art. 45 e art. 61, CISG).....	262
6.3.2 Cumprimento específico (specific performance).....	264
6.3.2.1 Cumprimento específico em favor do comprador, art. 46, CISG.....	267
6.3.2.2 Cumprimento específico em favor do vendedor, art. 62, CISG.....	274
6.3.3 Resolução (avoidance).....	276
6.3.3.1 Resolução como ultima ratio.....	277
6.3.3.2 Resolução por descumprimento essencial.....	278
6.3.3.3 Resolução após concessão do prazo suplementar (Nachfrist).....	280
6.3.3.4 Declaração de resolução.....	284
6.3.3.5 Efeitos da resolução.....	289
6.3.4 Reparação de Danos (damages, arts. 74-77 CISG).....	290
6.3.4.1 Reparação integral e previsibilidade.....	292
6.3.4.2 O parâmetro da indenização devida: o interesse contratual positivo (e sua distinção ao interesse contratual negativo).....	297
6.4 Resolução do contrato e reparação de danos (arts. 75-76 CISG).....	300

CAPÍTULO VII

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	305
7.1 Inspeção de mercadoria, reclamação por desconformidade e declaração de resolução à luz da CISG.....	306
7.2 Convenção sobre Prescrição na Compra e Venda Internacional de Mercadoria (LPISG).....	309
7.2.1 Matérias regidas pela LPISG: contrato internacional, inadimplemento, resolução e invalidade do contrato.....	311
7.2.2 Os tempos da prescrição e da sua suspensão na LPISG.....	311
7.3 A prescrição à luz do direito brasileiro: linhas gerais no contexto da compra e venda internacional.....	314
7.4 Invalidade do contrato internacional: prescrição e decadência.....	318
7.5 Várias pretensões: único prazo.....	319
Referências	321